

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017 COMPLEMENTAR

Inclui dispositivo na Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para disciplinar o alcance de hipóteses e prazos de inelegibilidade a fatos que já tenham sido objeto de sentenças judiciais transitadas em julgado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 64, de 1990, passa a vigorar acrescida do art. 26-D, com a seguinte redação:

**Art. 26-D.** As alterações das hipóteses de inelegibilidade e dos respectivos prazos de cessação previstos nesta Lei, inclusive as efetuadas pela Lei Complementar nº 135, de 2010, não implicam aumento do prazo de inelegibilidade do eleitor sancionado, nos casos em que a decisão da Justiça Eleitoral tenha fixado o prazo de inelegibilidade conforme anteriormente vigente.

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, aplicando-se aos eleitores que se enquadrem na hipótese descrita no art. 1º, inclusive aqueles cujas candidaturas tenham sido requeridas a partir das eleições de 2012 e aqueles cujas candidaturas venham a ser requeridas em eleição futura.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei complementar tem o objetivo de disciplinar a eficácia retroativa da Lei Complementar nº 135, de 2010, já reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no RE 929.670. Com efeito, constitui um real desafio para o legislador disciplinar os efeitos decorrentes de



SF/17291.10745-61

uma lei nova em relação às situações pretéritas ou pendentes, mas, como regra geral, jamais pode o legislador deixar espaço para a insegurança jurídica, o efeito surpresa e o desrespeito à coisa julgada e, principalmente no que tange a instabilidade político-institucional e até mesmo econômica do País.

Não parece razoável que o aumento de prazos de inelegibilidade, sejam os já encerrados ou aqueles ainda em curso, e já objeto de sentenças judiciais, possa conviver em paz com os postulados do estado de direito. Um tal aumento configura, de modo inequívoco, um claro exemplo de retroatividade de lei nova para conferir efeitos mais gravosos a fatos já consumados. Não existe nada mais gravoso para o cidadão do que a perda, mesmo que parcial, de sua cidadania. Portanto, isto revela uma cara e danosa forma de sanção a todo aquele que pretenda participar da vida política nacional.

Vale lembrar que muitos brasileiros perderam suas vidas ou foram segregados do convívio familiar e enviados ao desterro do exílio para que hoje tivéssemos condições de votar e sermos votados. Noutra prisma, cumpre consignar que o legislador ao editar a Lei Complementar nº 135, de 2010, não enfrentou diretamente essa questão, talvez por não prognosticar que interpretações no sentido da retroatividade pudessem vingar em nosso ordenamento jurídico com os nefastos efeitos daí decorrentes.

Que nós, legisladores, reparemos esse grave equívoco, sem que isto represente qualquer afronta à inquestionável autoridade do Supremo Tribunal Federal. Ao contrário, o que se busca aqui, além dos postulados da segurança jurídica, da coisa julgada, da não surpresa, dentre outros, é a estabilidade institucional diante das graves repercussões de tal decisão no seio político, social e econômico de nossa Nação, como se demonstrará a seguir.

Cabe recordar que vários Deputados Federais e Estaduais se elegeram nas eleições de 2014, sem que fossem admoestados pela retroação da LC 135/2010. Alguns destes parlamentares, após eleitos em 2016 para mandato de Prefeito, renunciaram as suas respectivas cadeiras no Parlamento, advindo desse gesto uma das mais gritantes contradições. Se continuassem Deputados não seriam atingidos pela retroatividade concebida pela decisão do STF.



Todavia, em face da renúncia são hoje alvos diretos daquela decisão, correndo o sério risco de perderem o mandato. E fica mais uma indagação. Seus votos como Deputados serão anulados?

Assim, como já dito inicialmente, o presente projeto de Lei tem o objetivo tão somente de disciplinar, minimamente, a eficácia retroativa da LC 135/2010, já permitida pela Suprema Corte.

O objetivo do presente projeto é, portanto, evitar que tal retroação seja de tal intensidade que comprometa a segurança jurídica, a soberania popular, a coisa julgada, além de todas as consequências sociais, financeiras e políticas daí decorrentes.

O próprio Supremo Tribunal Federal tem manifestado o entendimento quanto à possibilidade de alteração de suas decisões por intermédio de iniciativa legislativa, cujo ativismo se prospecta no mundo jurídico pelo fenômeno conhecido por “reação ou superação legislativa”.

Neste sentido de bom alvitre trazer à colação as doudas lições do eminente e culto Ministro Luiz Fux quando do julgamento da ADI 5105/DF em 01/10/2015.

Postos tais fundamentos, materializam-se fática e juridicamente as premissas norteadoras no sentido de que além da lesão aos princípios retro mencionados a decisão concernente à retroação irá causar incomensurável dano a ordem pública e, notadamente, a atual constituição dos Poderes Executivos e Legislativos nos três níveis de nossa Federação.

Segundo dados do TSE cerca de dezenas de Prefeitos soberanamente eleitos pelo voto popular no último pleito serão afetados pela decisão em comento, com o vultoso custo de novas eleições, isto sem se cogitar do verdadeiro caos que se instalará no Poder Legislativo em âmbito Nacional.

Não só o Congresso Nacional poderá vir ser afetado pela nova ordem imposta, mas também todas as Assembleias Legislativas poderão sofrer os efeitos do *decisum* e, o que é mais grave, numa extensão incalculável, estes efeitos também se projetarão sobre as Câmaras Legislativas numa Federação que conta com mais de **cinco mil e quinhentos Municípios**.



Nesta toada, a retotalização de votos no sistema proporcional eleitoral mudará completamente a composição e as cores do Parlamento Nacional, com a indesejável alternância de poderes e de agremiações partidárias em nível Federal, Estadual, Distrital e Municipal que implicará na mutação das composições de Bancadas, Comissões e Mesas Diretoras.

Será o caos!

Infelizmente, este é o lamentável quadro que se avizinha e cuja instabilidade deve ser de pronto extirpada. Ninguém pode antever o que ocorrerá nesta frenética e desordenada dança de cadeiras. A situação é tão atípica que até eleitos que sequer tenham cometido qualquer infração atinente à Ficha Limpa serão de igual modo diretamente atingidos e alijados dos seus mandatos que já ocupam por longos dez meses.

Sala das Sessões,

Senador DALÍRIO BEBER

